

O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS QUE AFETAM SUA EFETIVAÇÃO

Aline Lucas de Souza Gomes *
Naeldson Expedito Alves da Silva **

RESUMO

O texto apresentado proporciona uma discussão sobre a efetiva implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede pública. Este, por sua vez, apesar de ser um direito fundamental dos estudantes público-alvo da Educação Especial, enfrenta obstáculos significativos para sua concretização. Com o objetivo de compreender as nuances de tais desafios, este artigo discorre sobre aspectos relacionados ao cumprimento da legislação, formação e atuação dos professores do AEE e outros critérios como condições necessárias para implementação dessa política nas escolas. O estudo problematiza a insuficiência das ações de trabalho do AEE, como estão dadas no momento, diante do que se espera como política pública inclusiva. A pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de analisar os entraves e as potencialidades da oferta e garantia do AEE. Seu objetivo é contribuir para a superação da lacuna existente entre legislação e realidade vivenciada nas salas de recursos. Por fim, trata-se de um trabalho constituído a partir de uma pesquisa bibliográfica, levantamento e análise documental, fundamentado na abordagem qualitativa e dialética dos fatos.

Palavras-chave: Políticas de Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Legislação. Práticas docentes.

ABSTRACT

This text discusses the effective implementation of Specialized Educational Services (SES) in the public education system. This service, despite being a fundamental right of students served by Special Education, faces significant obstacles to its realization. To understand the nuances of these challenges, this article addresses aspects related to compliance with legislation, the training and performance of SES teachers, and other criteria necessary for the implementation of this policy in schools. The study problematizes the insufficiency of current SES actions in relation to what is expected of an inclusive public policy. The research is justified by the urgent need to analyze the obstacles and potential of the provision and guarantee of SES. Its objective is to contribute to overcoming the existing gap between legislation and the reality experienced in resource rooms. Finally, this work is based on bibliographic research, document collection, and analysis, grounded in a qualitative and dialectical approach to the facts.

Key words: Inclusion Policies. Specialized Educational Services. Legislation. Teaching Practices.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas da educação básica e superior. Constitui-se como uma política elaborada a partir de marcos legais nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e

* Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Mestra em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Professora de Educação Infantil da Rede de Ensino de Contagem – MG, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5365544120094307>, E-mail: alinenila76@gmail.com;

**Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Administrador do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4375397167027759>, E-mail: naeldson@ufersa.edu.br

Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Além de bases fundamentadas no que diz a legislação, tal modalidade possui grande participação de movimentos sociais. Em alguns casos tem motivações pessoais e iniciativas particulares, como exemplo destaca-se a atuação das APAEs, que tem sua instituição fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro. As necessidades organizadas por diferentes grupos a despeito do atendimento dessa modalidade podem ser descritas por Ghon “como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (2012, p. 335).

Por meio de iniciativas isoladas, que posteriormente ganham força, e através da exigência de cumprimento de agenda por meio da inclusão e não segregação (de grupos com deficiência física, deficiência mental, alunos com surdez, cegueira, baixa visão, surdo-cegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades), surgem as primeiras ações entre poder Executivo e Legislativo com o reconhecimento e criação de leis que amparam tal modalidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, garante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, tornando-se um marco legal que inaugura uma nova perspectiva, reconhecendo o direito das pessoas com deficiência à educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB -Lei nº 9.394/1996) ainda, em seu artigo 58, reafirma esse princípio. Já a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015) consolida o direito à inclusão, proibindo qualquer forma de exclusão por motivo de deficiência e exigindo das instituições práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas.

Dentro do amparo legal mencionado destaca-se o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Esse atendimento está previsto em lei, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que propõe a matrícula de todos os estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes recursos e serviços como o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para o desenvolvimento desse estudo, o texto se debruça sobre os objetivos, demandas, organização e cumprimento do serviço disponibilizado pelo recurso de AEE nas redes públicas de ensino. O atendimento educacional deve ser desenvolvido de forma a promover a inclusão social, facilitando o processo de aprendizagem e a integração de estudantes no ambiente escolar e não como mero cumprimento de protocolo com esvaziamento de práticas inclusivas, como exposto:



A referida política fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes têm o direito de aprender em ambientes que respeitem suas singularidades, garantindo acesso, permanência e sucesso à educação. A abordagem inclusiva visa não só a matrícula dos alunos em instituições regulares, mas também a adequação curricular, a formação de professores e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam à diversidade das salas de aula, ou seja, no âmbito educacional como um todo. (MESSAGI, 2024, p.12)

De acordo com a legislação a obrigatoriedade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em todas as etapas da educação básica torna-se um dos objetivos principais da política de inclusão para estudantes com deficiência. Contudo, a implementação desse serviço, que deve ocorrer no turno inverso ao das aulas regulares, enfrenta alguns desafios quando se trata do cotidiano escolar. Situação rotineira quando as escolas necessitam de infraestrutura adequada ou de uma equipe pedagógica capacitada.

Embora a política estabeleça diretrizes coerentes e específicas para a inclusão, a realidade das escolas pode limitar o atendimento e eficácia do AEE. Cabe então nesse estudo traçar alguns apontamentos sobre como tal política vem sendo implementada nas escolas públicas, considerando o levantamento bibliográfico acerca da temática, diretrizes documentais, e análises e interpretações sobre a proposta de educação inclusiva.

2. O FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao ingressar na escola espera-se que, para além do desenvolvimento de seu processo de ensino e aprendizagem, que o estudante seja acolhido e bem recebido, respeitando suas especificidades e diferentes formas de convivência. Todas as competências e habilidades trabalhadas no decorrer do percurso formativo da criança perpassam por etapas de cuidados, socialização e empatia, principalmente quando requerem meios para adaptação e mediação.

Para tanto é necessário que as instituições de ensino tenham meios e infraestruturas para que o atendimento a estudantes com alguma deficiência seja de fato eficaz e não apenas uma tabulação de números de regularmente matriculado. Além de aspectos físicos, se soma a essa preocupação a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde o estudante tem o direito de participar e realizar atividades adaptadas e voltadas para o desenvolvimento de suas habilidades específicas, com um profissional do campo da educação inclusiva, que nesse caso se remete ao Professor de AEE. A atuação desse profissional é de grande relevância, pois:



a colaboração entre professores regulares e professores de AEE tem mostrado resultados positivos, não apenas no aprendizado dos alunos com NEEs, mas também na sensibilização dos demais alunos e na formação de uma cultura de respeito à diversidade. Essas conquistas incluem a implementação de metodologias diferenciadas e o uso de tecnologias assistivas, que facilitam o aprendizado e a participação dos alunos nas atividades escolares. (BARBOSA e SANTOS, 2025, p. 07)

O percurso escolar tem como um dos principais atores sociais a figura do professor, a este cabe boa parte da demanda pedagógica. Em uma proposta de educação inclusiva não é diferente. Espera-se que o professor esteja em comum acordo, com preparação e formação necessária para atender as demandas do processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, sua atuação não deve e nem pode ser solitária. Para que um estudante com deficiência tenha suas especificidades compreendidas e atendidas é importante que primeiramente os recursos e adequações físicas e materiais estejam de fato sendo aplicadas nos espaços escolares. E consequentemente que no campo pedagógico os professores estejam habilitados e articulados em parcerias com outros profissionais, para que a proposta de ensino seja ofertada e significativa para o estudante em questão. Como destacado a seguir:

Esse profissional organiza suas aulas através de plano de aula em conjunto com a escola, todavia no processo de inclusão de alunos com deficiência esse professor aproxima-se do profissional de atendimento educacional especializado para firmar uma parceria, onde ambos discutirão o plano de aula e irão adaptá-lo para as necessidades especiais de cada aluno. Já o professor de atendimento educacional especializado traçará caminhos facilitadores que garantam o aprendizado do aluno com deficiência baseando-se nos tópicos abordados na sala de aula regular pelo professor regente, dessa forma o aluno será incluído não apenas na sala de aula, mas ele terá direito ao aprendizado do mesmo conteúdo que os demais alunos, sendo realizado de forma adaptativa, através de recursos didáticos pedagógicos direcionados para cada necessidade especial. (SANTIAGO, 2021, p. 202)

A colaboração do professor de AEE está sujeita a forma como interage com o professor regente, considerando as mediações que precisa fazer junto ao estudante acompanhado. As propostas colaborativas acontecem mediante o diálogo e interações entre os professores objetivando a melhoria, adequação e suporte nas atividades escolares. Para uma proposta de atendimento significativa é importante sempre estar em contato com o planejamento dos professores regentes e dialogando com os mesmos sobre possíveis inferências a serem realizadas, para que facilite a participação e compreensão dos estudantes diante da atividade proposta.



Até aqui compreende-se que mesmo previsto na legislação a oferta do atendimento em AEE, perpassa por demanda de recursos para a sua concretização, além de organização interna com os profissionais de atuação devidamente capacitados. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva “os sistemas de ensino devem garantir formação de professores para o atendimento educacional especializado e oferta do atendimento educacional especializado (PNEE-EI, 2008).

Ainda destaca-se o Decreto nº 7.611/2011 ao afirmar no Art. 2º que é “dever do Estado garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e as condições para a realização do AEE”. Mais adiante no Art. 6º reitera que a União prestará “apoio técnico e financeiro para, entre outros, a formação continuada de profissionais para o atendimento educacional especializado e a construção de salas de recursos multifuncionais”.

Em consonância apresenta-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) estabelecendo no Art. 59 que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com deficiência “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado”. Os fragmentos apresentados demonstram o embasamento legal sobre a necessidade de profissionais capacitados e recursos materiais e humanos diante do atendimento e garantia da educação inclusiva, em especial no AEE.

O funcionamento do AEE devidamente estruturado nas instituições de ensino com profissional capacitado deve proporcionar acessibilidade garantindo a equidade e condições de acesso para estudantes com deficiência, eliminando barreiras de locomoção, comunicação e informação.

A partir de sua implementação pode-se discutir suas ações e atribuições dentro do percurso escolar. Para efetivação do atendimento é importante identificar alguns pontos básicos para então pensar na elaboração do plano de atendimento. Tais aspectos estão relacionadas com a identificação das necessidades específicas do estudante com deficiência, dos resultados desejados e habilidades do estudante, do levantamento de materiais e equipamentos necessários, além da elaboração do plano de atuação com o objetivo de fornecer serviços e recursos de acessibilidade ao conhecimento e ao ambiente escolar.

Em relação ao funcionamento desse atendimento e da produção de materiais tornar-se imprescindível organiza o tipo e número de atendimentos para a partir de então produzir materiais de acordo com as necessidades dos alunos, por meio de transcrição, adaptação, confecção, ampliação, gravação, entre outros. No AEE é importante ressaltar que:



Para que o aluno tenha êxito em suas atividades, é necessário compreender que não pode haver um planejamento estático ou ações predefinidas, mesmo considerando que alguns desses alunos possuem as mesmas deficiências. É preciso ter consciência que cada criança possui desenvolvimento e necessidades diferentes de cuidado na organização para que efetivamente ocorra uma aprendizagem de qualidade. Assim sendo, além de ter um diagnóstico em suas mãos, o profissional do atendimento educacional especializado precisa conhecer a história de vida do seu aluno, suas particularidades, seus desejos e diferenças, para que possa traçar um planejamento/caminho para auxiliar nesse processo de aprendizagem. (ZIESMANN E GUILHERME, 2020, p.98)

Como materiais de acompanhamento no AEE cabe a aquisição de diversos recursos, como softwares, equipamentos tecnológicos, mobiliário específico, recursos ópticos e dicionários, para assim acompanhar seu uso em sala de aula regular e no espaço de atendimento verificando sua funcionalidade e aplicabilidade. Dessa forma, será avaliar o impacto, efeitos, pertinência, limites e possibilidades do uso de cada recurso em diferentes contextos e espaços para promoção da aprendizagem.

Ao abordar o uso de diferentes recursos em diferentes contextos destaca-se o acompanhamento da família e demais professores. Nesse contexto, para um atendimento com êxito, a orientação de famílias e professores quanto aos recursos a serem trabalhados com estudante faz parte do processo de aprendizagem de modo inclusivo. Outro fator importante é o compartilhamento dos avanços do estudante com a família e professores regentes, para que assim possam perceber os ganhos alcançados na sua vida escolar e social e de forma colaborativa possam pensar intervenções e estratégias para aprimoração de suas habilidades.

Com base nas breves descrições apresentadas acerca do funcionamento do AEE reitera-se que com base em Vygotsky (2003), as atividades e situações de aprendizagem desenvolvidas nos espaços de ensino devem se consolidar na qualidade das experiências criadas pelo grupo em um momento social, quando a criança pode configurar a sua aprendizagem de modo qualitativo.

Vygotsky (2002), em seus estudos sobre o desenvolvimento, educação e deficiência dos sujeitos, alerta sobre a importância de a criança ter uma vida social, o que está intrinsicamente presente no desenvolvimento humano. O autor, ainda de acordo com as educadoras especiais, afirma que crianças com necessidades específicas necessitam de condições que atendam às peculiaridades individuais, e que o respeito a essas diferenças pode permitir a inserção em uma vida coletiva.



De acordo com os estudos de Vygotsky o aprendizado ocorre primeiro no plano social do indivíduo, entre o ambiente e as pessoas que o cercam, para depois ser internalizado no plano individual e com o AEE não é diferente. Quando o professor do AEE utiliza um recurso de tecnologia assistiva, ele não está apenas treinando uma habilidade técnica, mas sim preparando o estudante para uma experiência social qualitativa que está além da sala de aula comum.

O trabalho do AEE de certa forma é ação de mediação social, que não vai completar o que falta de habilidade no estudante, mas estimular habilidades já existentes em paralelo com a dinâmica da turma para que a convivência e a aprendizagem colaborativa sejam possíveis.

Em suma, o AEE é o braço especializado que garante que a Zona de Desenvolvimento Proximal de alunos com necessidades específicas seja devidamente explorada, assegurando que a interação na escola seja, de fato, um espaço de desenvolvimento e aprendizagem para todos.

2.1 DESAFIOS DO AEE E SUA EFICÁCIA NO COTIDIANO ESCOLAR

Diante da importância do AEE como recurso da proposta inclusiva é importante destacar alguns desafios que são encontrados no cotidiano das instituições de ensino. Tais obstáculos estão ligados desde recursos e infraestrutura, até aspectos relacionados a formação continuada dos profissionais que atuem nessa modalidade.

Pieczkowski (2014) ressalta que as narrativas presentes nas instituições escolares e nas políticas públicas de inclusão muitas vezes resultam em um controle excessivo que, ao invés de promover a autonomia, submete e subjuga os sujeitos envolvidos. As autoras ressaltam a importância das políticas e serviços de inclusão, ao mesmo tempo em que apontam suas fragilidades, enfatizando que o reconhecimento dessas limitações. É essencial para a efetivação de uma educação inclusiva pautada na equidade. Além disso, evidenciar tais problemas ajuda a desnaturalizar práticas e discursos que, embora disseminados, contribuem para a manutenção de um sistema educacional excludente.

A LBI garante que as políticas de inclusão sejam respeitadas e implementadas, porém em se tratando da sua efetivação nos espaços escolares permeiam situações emblemáticas que requer uma nova organização do AEE, algumas serão discutidas a seguir.

Para que o AEE seja implementado e atuante nos espaços de ensino é importante que as escolas possuam infraestrutura e espaço adequado para proporcionar o trabalho desse recurso. E quando tal espaço é disponibilizado, outras barreiras são enfrentadas, onde muitas



salas de recursos não dispõem de mobiliário adequado, materiais pedagógicos específicos, tecnologias assistivas e jogos adaptados.

Em outros casos as escolas não comportam o atendimento de AEE, por não dispor de espaço para execução desse trabalho ou ainda porque a escola não possui meios de acessibilidade. Onde a falta de rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil para alunos cegos e ambientes sensoriais controlados para alunos com autismo, por exemplo, dificultam a locomoção e a permanência do estudante.

Outro ponto que implica diretamente no funcionamento do AEE de forma qualitativa diz respeito a atuação dos profissionais dessa modalidade de forma sobrecarregada e rotativa. Onde muitos professores ocupam os cargos através de contratações temporárias, levando a fragmentação e descontinuidade do trabalho em AEE. Nessa mesma circunstância, é comum que um único professor seja responsável por atender a múltiplas escolas, dificultando o vínculo e o acompanhamento contínuo.

Além de recursos materiais e financeiro, o trabalho do AEE lida com a ausência de outros profissionais de apoio compondo uma equipe sólida e atuante nas escolas. A ausência de profissionais como intérpretes de Libras, instrutores de Braille e cuidadores com maior necessidade de apoio nas atividades de vida diária implicam diretamente na sobrecarga do professor de AEE e o professor regente, prejudicando a proposta inclusiva.

A formação dos professores que atuam no AEE complementa a lista de desafios para eficácia desse recurso. Ainda que parte dos professores que atuam nessa modalidade obtenham a formação em Educação Especial, a insegurança ao lidar diversos campos de deficiências, transtornos e altas habilidades/superdotação é comum.

Nesse contexto, a formação continuada e específica para cada grupo atendido é imprescindível para efetivação desse atendimento. Porém, ainda encontra-se um cenário onde a formação continuada é, muitas vezes, escassa ou de má qualidade, em algumas dessas promoções sem a oferta ou atuação direta das Instituições Públicas de Ensino Superior. Sem uma formação sólida com habilidades técnicas e práticas específicas o professor de AEE, acaba sendo dragada por uma visão assistencialista e não pedagógica e inclusiva.

Para o tópico de formação específica, deve considerar que são conteúdos de grande relevância para a atuação de professores no AEE: LIBRAS (Língua Brasileira de sinais); Língua Portuguesa para alunos com surdez; Sistema Braille; Informática aplicada à produção braille; Recursos tecnológicos e informática aplicada à deficiência visual (sintetizadores de voz, lupas eletrônicas, magnificadores de tela para baixa visão); Produção braille e adaptação de material impresso em tinta; Recursos ópticos e não ópticos para baixa visão; Técnica de uso do sorobã;



Adaptação de livros didáticos e de literatura para pessoas cegas; Avaliação funcional da visão; Orientação e mobilidade para pessoas cegas; Escrita cursiva, grafia do nome e assinatura em tinta para pessoas cegas; Tecnologia Assistiva: comunicação alternativa, informática acessível, materiais pedagógicos adaptados, mobiliário acessível; Interpretação em LIBRAS; Instrutor de LIBRAS; Desenho universal; e Comunicação para o aluno surdocego.

Está em consonância com o professor regente da turma e comunicação com classe comum também imprescindível para fluidez e continuidade do trabalho do AEE. Por isso, a comunicação deve ser clara e concisa em torno de um planejamento conjunto entre professor regente e professor do AEE. A comunicação existente entre os docentes mencionados anteriormente, também se estende aos demais profissionais da escola (diretores, coordenadores, entre outros). É importante que todos estejam cientes do objetivo e função do AEE, como recurso inclusivo.

O AEE para ser inclusivo exige responsabilidade coletiva, onde sua efetivação possa contemplar todos os recursos, materiais e estrutura como um todo, e não como função exclusiva o professor. Para tanto, o cumprimento de alguns pontos é primordial para pensar a qualidade e efeitos reais das políticas de inclusão. Sendo estes:

- Formação Docente: contemplando formação inicial e continuada de professores, bem como desenvolvimento profissional;
- Formação Continuada Específica para o AEE: Ampliando as políticas públicas de formação com diferentes estratégias formativas (presencial, EAD, híbrido, grupos de estudo) e enfoques (tecnologia assistiva, deficiências específicas, planejamento do AEE, trabalho colaborativo);
- Materiais e infraestrutura no AEE na Rede Pública: Promovendo melhores condições de trabalho com infraestrutura das salas de recursos, adequação da carga horária e organização do número de estudantes;
- Articulação da comunidade escolar: construção da relação com a gestão escolar, professores regentes, bem como diálogo com as famílias e outros serviços, dispondo de recursos materiais e humanos;
- Recursos pedagógicos: facilitando o trabalho docente com condições materiais em relação a construção e adaptação de materiais diversos para efetividade da prática pedagógica no AEE.

A política de inclusão através do funcionamento do AEE existe porque todos “temos direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza” (BOAVENTURA, 2002, P. 56) e estudantes com deficiência e os demais, que são público-alvo da Educação Especial, precisam



ser atendidos nas suas especificidades, para que possam participar, ativamente do ensino comum. Para tanto, é importante que cada item listado acima seja cumprido na forma da lei como justiça social que valoriza a diversidade.

Em suma, percebe-se que os desafios listados implicam diretamente na oferta de qualidade do atendimento às políticas de inclusão. E que os esforços para as correções e implementações necessárias deste campo exige comprometimento do Poder Público, como órgão fiscalizador, de maiores recursos e orçamento direto para tal modalidade, atendendo às demandas de infraestrutura, e principalmente recursos humanos, ofertando formação e vagas de atuação reais para o campo profissional.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

O trabalho foi constituído a partir de levantamento bibliográfico com recorte temporal dos últimos 5 cinco anos, com análise do aporte teórico e material produzido ao longo das disciplinas do curso de Especialização Atendimento Educacional Domiciliar, além da pesquisa de trabalhos para compor a revisão de literatura utilizando as plataformas Portal de Periódicos da Capes e Google Acadêmico.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, direcionada a resolução de problemas específicos de interesse local (GERHARDT e SILVEIRA, 2009) e com objetivo exploratório, pois como afirma PRESTES (2007) busca proporcionar maiores informações sobre o campo investigado, formulando hipóteses ou novas possibilidades de enfoque para o fenômeno estudado.

O método utilizado na construção o texto constitui-se de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, pois possibilita investigar um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real. Esta justifica-se ainda na medida em que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta e garantia de políticas de inclusão para estudantes com deficiência representa um dos maiores desafios contemporâneos para os sistemas de ensino. Embora tal modalidade



esteja amparada pelo arcabouço legal e tenham avançado em relação a garantia do acesso e matrícula na escola regular, ainda existe um abismo entre cumprimento legal e permanência. E através desse estudo buscou-se elencar alguns dos desafios que permeiam nessas circunstâncias.

Refletiu-se que os principais desafios das políticas de inclusão não estão relacionados apenas ao cumprimento da legislação ou atuação do professor de AEE, mas na sua materialização no chão da escola como um todo. A estes somam-se a carência de recursos e a infraestrutura física adequada, que limitam a mobilidade e a participação plena, e a formação inicial e continuada de professores.

O AEE como recurso fundamental para complementar e suplementar a formação, esbarra em seus próprios obstáculos. A sua implementação depende de uma rede de apoio ampla, equipada e composta por outros profissionais especializados, que não seja exclusivamente o professor de AEE.

Outra situação emblemática se volta para o funcionamento de Salas de Recursos Multifuncionais operando de forma precária, com falta de materiais específicos e uma atuação que, por vezes, é desconectada do trabalho em sala de aula regular, fomento trabalho paralelo, e não complementar e colaborativo.

Assim, de posse das análises realizadas ao longo deste, entende-se que o maior obstáculo à inclusão não é a deficiência do estudante, mas a ineficácia do sistema em se adaptar e subsidiar esse grupo que está amparado pela legislação. E superar essa fragmentação exige ir além de quantitativos de matrícula. É necessário investimento amplo e contínuo na formação de professores, na adequação da infraestrutura, no fortalecimento do AEE e, sobretudo, na promoção de uma mudança cultural profunda.

AEE deve ser presente desde o segmento da Educação Infantil, quando expressa-se por meio de serviços de intervenção precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem, em interface com os serviços de saúde e assistência social. Até a continuidade em outras modalidades de ensino, quando está presente como serviço da Educação Especial na educação indígena, do campo e quilombola e nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos.

Para sua aplicabilidade deve-se considerar a formação de uma equipe completa que possa atuar nesse atendimento, tal qual: Professor especializado da Sala de Recurso Multifuncional, Professor Especializado do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento à Deficiência Visual – CAP, Professor de LIBRAS, Professor em LIBRAS, Professor de Português, como segunda língua de alunos com surdez, e Revisor Braille.



A inclusão só será plenamente alcançada quando for compreendida como um valor coletivo, onde a diversidade não seja vista como um problema a ser resolvido, mas como uma riqueza a ser celebrada e cultivada por toda a comunidade escolar. O caminho é complexo, mas a construção de uma sociedade mais justa e equânime depende intrinsecamente desse compromisso inadiável.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, GRACIELE Moreira. SANTOS, Cinthia Andréa Teixeira dos. **Desafios e conquistas: o papel do professor de AEE na educação Inclusiva**. Panorama da Educação: Estudos Interdisciplinares. <https://doi.org/10.63330/aurumpub.011-041>; (2025). Aurum Editora.

SOUZA SANTOS, Boaventura (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências**.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil / UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 8a ed., São Paulo, Cortes, 2012.

MESSAGI, Michele Silva Pereira. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: Análise documental**. Osório, dezembro, 2024.

MINAYO, Maria C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: efeitos na docência universitária**. 2014. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2014.

PRESTES, M. L. d. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3a ed. – São Paulo: Rêspel, 2007.



SANTIAGO, Sylvia Fernanda Costa. **A importância do professor regente e do professor de Atendimento Educacional Especializado na inclusão de alunos com deficiência: um caminho facilitador ao aprendizado e inclusão social.** Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 7 (10), 197–210.
<https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2385> , (2021).

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

ZIESMANN, Cleusa Inês; GUILHERME, Alexandre Anselmo. **Inclusão no Atendimento Educacional Especializado na educação Básica: Um estudo de caso.** Revista Contexto & Educação, Editora Unijuí • ISSN 2179-1309 • Ano 35 • nº 110 • Jan./Abr. 2020.

